



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
1ª CÂMARA

PROCESSO TC N.º 06456/10

Objeto: Verificação de Cumprimento de Acórdão
Relator: Conselheiro em Exercício Renato Sérgio Santiago Melo
Responsável: Cláudio Gervásio Furtado Neto
Advogado: Dr. Higor Rocha Simões Fialho
Interessada: Maria Ondina Costa Furtado

EMENTA: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA – ATO DE GESTÃO DE PESSOAL – APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA COM PROVENTOS PROPORCIONAIS – IRREGULARIDADES NOS CÁLCULOS DO BENEFÍCIO E NA PUBLICAÇÃO DO FEITO – FIXAÇÃO DE PRAZO PARA DILIGÊNCIAS – VERIFICAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA DELIBERAÇÃO – Não atendimento da determinação do Tribunal – Necessidade imperiosa de imposição de penalidade, *ex vi* do disposto no art. 56, inciso IV, da Lei Orgânica do TCE/PB e de assinatura de novo lapso temporal para restauração da normalidade, por força do preconizado no art. 71, inciso VIII, da Constituição Estadual. Não cumprimento da decisão. Aplicação de multa. Concessão de prazo para recolhimento. Fixação de novel termo para restabelecimento da legalidade.

ACÓRDÃO AC1 – TC – 05519/14

Vistos, relatados e discutidos os autos da verificação de cumprimento do Acórdão AC1 – TC – 01413/13, de 06 de junho de 2013, publicado no Diário Oficial Eletrônico do TCE/PB de 13 de junho do mesmo ano, acordam, por unanimidade, os Conselheiros integrantes da 1ª CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, em sessão realizada nesta data, com as ausências justificadas do Conselheiro Presidente Arthur Paredes Cunha Lima e do Conselheiro Umberto Silveira Porto, bem como as convocações dos Conselheiros Substitutos Antônio Gomes Vieira Filho e Renato Sérgio Santiago Melo, na conformidade do voto do relator a seguir, em:

- 1) *CONSIDERAR NÃO CUMPRIDO* o supracitado aresto.
- 2) Com base no art. 56, inciso IV, da Lei Orgânica do TCE/PB (Lei Complementar Estadual n.º 18, de 13 de julho de 1993), *APLICAR MULTA* ao Presidente do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Cuité – IMPSEC, Sr. Cláudio Gervásio Furtado Neto, CPF n.º 053.641.334-78, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).
- 3) *FIXAR* o prazo de 30 (trinta) dias para recolhimento voluntário da penalidade ao Fundo de Fiscalização Orçamentária e Financeira Municipal, conforme previsto no art. 3º, alínea "a", da Lei Estadual n.º 7.201, de 20 de dezembro de 2002, com a devida comprovação do seu efetivo cumprimento a esta Corte dentro do prazo estabelecido, cabendo à Procuradoria Geral do Estado da Paraíba, no interstício máximo de 30 (trinta) dias após o término daquele período, velar pelo inteiro cumprimento da deliberação, sob pena de intervenção do Ministério Público Estadual, na hipótese de omissão, tal como previsto no art. 71, § 4º, da



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
1ª CÂMARA

PROCESSO TC N.º 06456/10

Constituição do Estado da Paraíba e na Súmula n.º 40 do eg. Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba – TJ/PB.

4) *ASSINAR* novo lapso temporal de 60 (sessenta) dias para que o gestor do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Cuité – IMPSEC, Sr. Cláudio Gervásio Furtado Neto, implemente a modificação dos cálculos dos proventos da supracitada aposentadoria, bem como envie a publicação da Portaria n.º 091/2013, nos termos do relatório técnico de fls. 83/84, sob pena de imposição de nova coima e de outras medidas cabíveis.

5) *INFORMAR* à mencionada autoridade que a documentação correlata deverá ser anexada aos autos no lapso temporal estabelecido, decorrido o qual, o processo retornará, mais uma vez, à apreciação desta Câmara.

Presente ao julgamento o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas
Publique-se, registre-se e intime-se.

TCE – Sala das Sessões da 1ª Câmara, Mini-Plenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa

João Pessoa, 06 de novembro de 2014

Conselheiro Fernando Rodrigues Catão
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

Conselheiro em Exercício Renato Sérgio Santiago Melo
RELATOR

Presente:
Representante do Ministério Público Especial



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
1ª CÂMARA

PROCESSO TC N.º 06456/10

RELATÓRIO

CONSELHEIRO EM EXERCÍCIO RENATO SÉRGIO SANTIAGO MELO (Relator): Trata-se da verificação de cumprimento do Acórdão AC1 – TC – 01413/13, de 06 de junho de 2013, fls. 60/63, publicado no Diário Oficial Eletrônico do TCE/PB de 13 de junho do mesmo ano, fls. 64/65.

Inicialmente, cabe destacar que esta eg. Câmara, ao analisar a aposentadoria voluntária com proventos proporcionais da Sra. Maria Ondina Costa Furtado, matrícula E19059, que ocupava o cargo de Professora PA, com lotação na Secretaria de Educação do Município de Cuité/PB, decidiu, através do supracitado aresto, fixar o lapso temporal de 60 (sessenta) dias para que o Presidente do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Cuité – IMPSEC, Sr. Cláudio Gervásio Furtado Neto, implementasse a modificação dos cálculos dos proventos da supracitada aposentadoria, bem como retificasse a publicação do ato de inativação.

Após a devida intimação, fls. 64/65, e o envio de documentos, fls. 66/81, os analistas da Divisão de Auditoria de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária – DIAPG elaboraram relatório, fls. 83/84, onde informaram que os cálculos dos proventos encaminhados não apresentavam a proporcionalidade definida no art. 1º da Lei Nacional n.º 10.887/2004 e que a publicação da Portaria n.º 091/2013 não foi acostada ao feito. Ao final, opinaram pela notificação do gestor do IMPSEC, Sr. Cláudio Gervásio Furtado Neto, com vistas ao envio da planilha de apreciação do valor do benefício previdenciário, em conformidade com a citada lei, e da publicação da mencionada portaria em periódico de imprensa oficial.

Após o agendado do feito para a sessão do dia 14 de agosto de 2014, fls. 85/86, e sua retirada de pauta, foi efetuada a intimação do gestor do IMPSEC, Sr. Cláudio Gervásio Furtado Neto, fl. 88, para se manifestar acerca do derradeiro relatório dos especialistas da DIGEP. Contudo, a mencionada autoridade deixou o prazo transcorrer *in albis*.

Neste feito, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba – MPJTCE/PB emitirá parecer oral na presente assentada.

Nova solicitação de pauta para o pregão do dia 16 de outubro de 2014, conforme fls. 90/91 dos autos, e adiamentos sucessivos para a assentada do dia 23 de outubro do corrente e para a presente sessão, consoante atas.

É o relatório.

VOTO

CONSELHEIRO EM EXERCÍCIO RENATO SÉRGIO SANTIAGO MELO (Relator): Do exame do presente álbum processual, constata-se que o Acórdão AC1 – TC – 01413/13 não foi cumprido pelo Presidente do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Cuité – IMPSEC, Sr. Cláudio Gervásio Furtado Neto. Com efeito, a planilha dos cálculos dos proventos apresentada pela referida autoridade, fls. 74/81, não demonstrou a utilização da proporcionalidade definida no art. 1º da Lei Nacional n.º 10.887/2004 para a concessão do benefício securitário a Sra. Maria Ondina Costa Furtado. Ademais, o administrador do



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
1ª CÂMARA

PROCESSO TC N.º 06456/10

IMPSEC não apresentou a publicação da Portaria n.º 091/2013 em periódico oficial do Município de Cuité/PB.

Destarte, o não atendimento da determinação deste Pretório de Contas pelo gestor da entidade securitária da Comuna de Cuité/PB, Sr. Cláudio Gervásio Furtado Neto, enseja, além da fixação de novo termo, a aplicação de multa, consoante previsto no art. 56, inciso IV, da Lei Orgânica do TCE/PB (Lei Complementar Estadual n.º 18, de 13 de julho de 1993), *in verbis*:

Art. 56 – O Tribunal pode também aplicar multa de até Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) aos responsáveis por:

I – (*omissis*)

IV – não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, a diligência do Relator ou a decisão do Tribunal; (grifos inexistentes no original)

Ante o exposto:

- 1) **CONSIDERO NÃO CUMPRIDO** o Acórdão AC1 – TC – 01413/13.
- 2) Com base no art. 56, inciso IV, da Lei Orgânica do TCE/PB (Lei Complementar Estadual n.º 18, de 13 de julho de 1993), **APLICO MULTA** ao Presidente do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Cuité – IMPSEC, Sr. Cláudio Gervásio Furtado Neto, CPF n.º 053.641.334-78, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).
- 3) **FIXO** o prazo de 30 (trinta) dias para recolhimento voluntário da penalidade ao Fundo de Fiscalização Orçamentária e Financeira Municipal, conforme previsto no art. 3º, alínea “a”, da Lei Estadual n.º 7.201, de 20 de dezembro de 2002, com a devida comprovação do seu efetivo cumprimento a esta Corte dentro do prazo estabelecido, cabendo à Procuradoria Geral do Estado da Paraíba, no interstício máximo de 30 (trinta) dias após o término daquele período, velar pelo inteiro cumprimento da deliberação, sob pena de intervenção do Ministério Público Estadual, na hipótese de omissão, tal como previsto no art. 71, § 4º, da Constituição do Estado da Paraíba e na Súmula n.º 40 do eg. Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba – TJ/PB.
- 4) **ASSINO** novo lapso temporal de 60 (sessenta) dias para que o gestor do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Cuité – IMPSEC, Sr. Cláudio Gervásio Furtado Neto, implemente a modificação dos cálculos dos proventos da supracitada aposentadoria, bem como envie a publicação da Portaria n.º 091/2013, nos termos do relatório técnico de fls. 83/84, sob pena de imposição de nova coima e de outras medidas cabíveis.
- 5) **INFORMO** à mencionada autoridade que a documentação faltante deverá ser anexada aos autos no lapso temporal estabelecido, decorrido o qual, o processo retornará, mais uma vez, à apreciação desta Câmara.

É o voto.